



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 2/2019

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF10

(Processo Administrativo nº 11000.720284/2019-99)

OBJETO: Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, a ser instalado no Município de Novo Hamburgo/RS.

FORAM ALTERADOS/INCLUÍDOS OS SEGUINTE SUBITENS: 3.2.2, I, II, e III; 3.3.1, V, "a.1"; 5.2.6; 5.2.6.1, I e II; 18.12, Anexo XV; TODOS DESTACADOS NA COR VERDE.

TAMBÉM FOI CRIADO O ANEXOS XV (MODELO DE PROPOSTA DE TARIFAS E PRAZO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO PORTO SECO).

TAIS ALTERAÇÕES/INCLUSÕES REFEREM-SE À:

- REDUÇÃO DA ALTURA MÍNIMA EXIGIDA DO PÉ DIREITO LIVRE DOS ARMAZÉNS DE 8 (OITO) PARA 6 (SEIS) METROS;

- INCLUSÃO DO ANEXO XV AO EDITAL (MODELO DE PROPOSTA DE TARIFAS E PRAZO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO PORTO SECO), QUE DEVERÁ SER UTILIZADO PREFERENCIALMENTE COMO MODELO, PREENCHIDO, ASSINADO E INCLUÍDO JUNTO AOS DOCUMENTOS DO ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA;

- INCLUSÃO EM SUBITENS DO EDITAL DE REFERÊNCIA AO MODELO DO ANEXO XV (MODELO DE PROPOSTA DE TARIFAS E PRAZO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO PORTO SECO);

- ESCLARECIMENTO NO SUBITEM 5.2.6 DO EDITAL DO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, QUE CONSIDERARÁ O MENOR VALOR DAS "TARIFAS COM RECEITAS ACESSÓRIAS".

A UNIÃO, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, neste ato representada pelo Sr. Luís Antônio da Silva Machado, Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, no exercício das atribuições que lhe foram outorgadas pelo artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2011, combinado com o § 9º art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2017, torna público que a Comissão Especial de Licitação, para tanto designada pela Portaria/SRRF10 nº 182, de 29 de

abril de 2019, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 81, de 30 de abril de 2019, e no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2019, na Seção 2, pg. 18, promoverá licitação, sob a modalidade de concorrência, com a finalidade de selecionar empresa para exercer as atribuições de permissionária dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, no curso de cujo procedimento receberá, no dia **6 de janeiro de 2020**, às **9 horas e 30 minutos**, na Sala de Reuniões da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, situada na Av. Loureiro da Silva, nº 445, 5º andar, sala 510, bairro Centro Histórico, Porto Alegre, RS, CEP 90013-900, os envelopes contendo a documentação necessária à classificação e habilitação das empresas interessadas em dela participar, tudo processado nos termos e nas condições previstas neste edital e seus anexos, e em conformidade com o disposto nas Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a Administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior, no Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, no Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998 e nas Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, e nº 109, de 8 de dezembro de 2000, observada também, se for o caso, a legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, pelo prazo de vinte e cinco anos, em Porto Seco, para carga geral e outras, conforme relação exemplificativa das principais cargas movimentadas nos exercícios de 2016 e 2017 no Porto Seco instalado na região, constante no item 5 do Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica, anexo X deste edital, a ser instalado no Município de Novo Hamburgo/RS, doravante denominado Porto Seco para os fins deste edital.

1.2 O Porto Seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo nele ser executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

1.3 No Porto Seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas a regime aduaneiro comum e especial.

1.4 Só poderão ser armazenadas no Porto Seco, mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro, e a ele destinadas, e aquelas que tiverem sido abandonadas, apreendidas ou retidas pela RFB no curso do despacho aduaneiro no mesmo recinto.

1.5 Devem ser obedecidos, durante a vigência prazo contratual, como condição para seu fiel cumprimento, todos os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pela Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, ou outra que vier a alterá-la ou substituí-la, conforme disposto na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas de direito privado que tenham como objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias, optantes ou não pelo cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, e que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.2 Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

I - estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

II - tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de qualquer dos órgãos e entidades dos entes federados, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial pelo órgão que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993;

III - se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação. As empresas em recuperação judicial poderão participar do presente certame, desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica para tal mister;

IV - estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e Decretos regulamentadores;

V - estejam impedidas de participar do certame com base em qualquer outra hipótese legal vigente;

VI - estejam reunidas em forma de consórcio, nos termos do disposto no art. 7º do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 7.004, de 9 de novembro de 2009.

3. DA CLASSIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

3.1 Nos termos do que dispõe o art. 18-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de classificação (proposta) e de habilitação.

3.1.1 Os conjuntos de documentos de classificação (proposta) e de habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número e o objeto da licitação (Concorrência RFB/SRRF10 nº ----/2019 - Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Novo Hamburgo/RS) e, respectivamente, os títulos dos conteúdos "Proposta" e "Documentos de Habilitação".

3.1.2 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia com autenticação procedida por servidor da Seção de Licitações da SRRF10 ou do Serviço de Programação e Logística da Delegacia da RFB em Novo Hamburgo, à vista do original, no caso de documentos de habilitação, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

3.1.2.1 A autenticação dos documentos, quando feita por servidor da Seção de Licitações da SRRF10 ou do Serviço de Programação e Logística da Delegacia da RFB em Novo Hamburgo, será efetuada nos endereços discriminados no subitem 18.10, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes.

3.1.3 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos ou semelhantes, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração da proposta, exceto aqueles listados no subitem 3.3.1, V, alíneas a, b e c, deste edital, quando de sua exigência.

3.1.4 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de proposta, em um dos endereços discriminados no subitem 18.10, deste edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

3.1.5 Precluirá do direito de impugnar os termos deste edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades que o viciariam, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de proposta, vedada a discussão de tal matéria em sede recursal.

3.1.6 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.2 DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA)

3.2.1 O "Envelope nº 1 - Proposta" deverá conter a proposta da licitante, que será apresentada em uma via, em idioma nacional, em papel timbrado da licitante ou identificada com o seu carimbo do CNPJ, sem ressalvas, emendas ou rasuras, devendo suas folhas ser rubricadas e a última assinada por quem de direito.

3.2.2 Da proposta deverá constar:

I - prazo máximo para o início de funcionamento do Porto Seco, contado a partir da data da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial da União, a que se refere o subitem 6.4, não podendo tal prazo exceder o limite de 18 (dezoito) meses **(a ser apresentado de acordo com o Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco constante no Anexo XV);**

II – tarifa de armazenagem (TA), em algarismos e por extenso, apresentada em 4 (quatro) casas decimais, que compreenda todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido), bem como aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, nos termos e limites determinados pela autoridade competente no item 17 do Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica, anexo X deste edital, e constante no anexo IX, a ser cobrada dos usuários pela armazenagem das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro na importação, no trânsito aduaneiro de passagem, na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC, sendo expressa em percentual sobre o valor CIF da mercadoria importada ou FOB da mercadoria a exportar, por um período de 10 (dez) dias ou fração **(a ser apresentada**

de acordo com o Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco constante no Anexo XV);

III – tarifa de movimentação (TM), em algarismos e por extenso, apresentada em 4 (quatro) casas decimais, que inclua todos os custos, inclusive seguros, a remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido), bem como aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, nos termos e limites determinados pela autoridade competente no item 17 do Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica, anexo X deste edital, e constante no anexo IX, a serem cobradas dos usuários pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, entendendo-se como o preço do conjunto de movimentações efetuadas com as mercadorias admitidas no Porto Seco desde a entrada até a sua saída, na importação, no trânsito aduaneiro de passagem, na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC, sendo expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração (a ser apresentada de acordo com o Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco constante no Anexo XV);

IV - demonstrativos em forma de planilhas individuais conforme modelo constante do Anexo V deste edital, com valores expressos em reais (R\$)/ano, da composição de cada uma das tarifas propostas constantes dos incisos II e III deste item, a serem cobradas dos usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e destinadas à exportação, discriminando todos os componentes considerados na formação das tarifas, no tocante aos custos e receitas relativos a esses componentes.

a) não serão aceitas tarifas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, relativamente a cada uma das tarifas apresentadas, ou com preços excessivos, sob pena de desclassificação da licitante, conforme o estabelecido no subitem 5.2.2 deste edital.

V - demonstrativo da viabilidade econômica do empreendimento, em forma de planilhas, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital, mediante a aplicação das tarifas propostas dos incisos II e III deste item, de acordo com o disposto no inciso IV deste item, e considerando, ainda, as receitas acessórias, se for o caso, conforme o inciso VI deste item.

VI - demonstrativo, conforme item 13 do anexo IV deste edital, que indique que as tarifas propostas constantes dos incisos II e III deste item levaram em consideração para a sua definição as receitas acessórias oriundas da prestação dos serviços conexos de que trata o subitem 7.2 deste edital, conforme tabela de preços e estimativa de receita anual constante do inciso VII deste item, apresentada no caso da licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços, assim como pelas receitas acessórias decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso.

VII - demonstrativo constante do anexo VI deste edital correspondente à tabela de preços dos serviços conexos e complementares de que trata o subitem 7.2 deste edital, com a indicação da estimativa anual das receitas acessórias, apresentado no caso de a licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços.

3.2.2.1 É vedada a cobrança pela prestação dos serviços elencados no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, sempre que sua utilização decorrer da necessidade do exercício da fiscalização aduaneira, em consonância com o art. 4º, caput e Parágrafo único, daquela norma regulamentar.

3.2.3 Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso serão considerados estes últimos.

3.2.4 Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.3 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) E CADASTRAMENTO

3.3.1 O “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” deverá conter os seguintes documentos relacionados com a **qualificação técnica**, em idioma nacional, em uma única via, sem rasuras, emendas ou ressalvas, devendo suas folhas ser rubricadas e numeradas e, também, para o caso daqueles de emissão da licitante, formalizados em papel timbrado do mesmo ou identificado com o seu carimbo do CNPJ, sendo a última folha assinada por quem de direito:

I - declaração da licitante se comprometendo a apresentar laudos e licenças de qualquer natureza, inclusive a ambiental, caso vencedora do certame, antes do prazo informado no inciso I, do item 3.2.2 desse Edital, com exceção da Licença Prévia outorgada pelo órgão de fiscalização ambiental, que deve ser apresentada concomitantemente ao projeto do Porto Seco, conforme modelo constante no Anexo XII;

II - declaração da licitante se comprometendo a disponibilizar o imóvel oferecido para o uso de que trata este edital, firmada em conjunto com quem legalmente detém seu direito de uso, se for a vencedora da concorrência, a partir da data da assinatura do contrato de permissão até o seu término, conforme modelo constante no Anexo XIII;

a) a declaração deverá ser acompanhada da respectiva certidão de matrícula do imóvel oferecido para execução do objeto da licitação, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação dos envelopes contendo a documentação necessária à classificação e habilitação;

III - documento expedido pela Prefeitura Municipal com jurisdição sobre o imóvel oferecido, no qual conste anuência expressa quanto à sua utilização para a exploração dos serviços objeto desta concorrência. O imóvel deverá estar localizado, obrigatoriamente, no Município de Novo Hamburgo-RS;

IV - declaração da licitante comprometendo-se a usar o imóvel ofertado exclusivamente para as atividades do Porto Seco, salvo se instalado em um complexo de armazenagem, conforme definido no inciso V do art. 2º da IN RFB 1.208/2011, observando-se nesse caso o disposto no art. 9º da referida Instrução Normativa, bem como os requisitos dispostos na Portaria RFB 3.518/2011, conforme modelo constante no Anexo XIV;

V - declaração da licitante, sob as penas cabíveis, de que está ciente da **obrigatoriedade de apresentar**, no prazo de até 45 (quarenta e cinco dias) contados da data da assinatura do contrato, **projeto do Porto Seco**, conforme modelo constante no Anexo VIII, contendo:

a) desenhos (no mínimo: planta de situação, incluindo as vias de acesso; planta de locação, indicando: arruamento, portarias, pátios, armazéns, silos, tanques, guaritas, ramais ferroviários, muros, cercas, portões, balanças, scanners, equipamentos para movimentação de mercadorias, áreas de verificação de mercadorias, instalações da RFB, dos demais órgãos e agências da administração pública e da administração do Porto Seco; e plantas baixas e de cortes de todas as edificações) que indiquem que o Porto Seco estará localizado em um único terreno ou, não o sendo, em áreas de terrenos contínuos, não havendo separações físicas entre estes, bem como indiquem que, na data do início de funcionamento do Porto Seco, suas instalações disporão, no mínimo, de:

a.1) área fechada e coberta de armazenagem, com, no mínimo, 19.384 metros quadrados (armazém em paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, 6 (seis) metros), com plataformas cobertas para carga e descarga nivelada com a altura dos veículos transportadores, com a indicação, na planta baixa, do *lay-out* de armazenagem de mercadorias a ser adotado pela permissionária, de modo que seja mantida separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas e aquelas que tiverem sido apreendidas ou retidas pela RFB, no curso do despacho aduaneiro, no mesmo recinto;

a.2) área coberta para verificação física de mercadorias pela fiscalização aduaneira, dotada de piso plano, com plataformas niveladas com a altura dos veículos transportadores, que permitam o deslocamento de empilhadeiras ou equipamentos de movimentação de carga, e de iluminação artificial, com, no mínimo, 92 metros quadrados;

a.3) área descoberta, pavimentada para tráfego pesado, com, no mínimo 7.817 metros quadrados, (compreendendo os pátios de armazenagem, de manobra rodoviária, de estacionamento de veículos, reboques, semirreboques, equipamentos);

a.4) rede de equipamentos do sistema de monitoramento e vigilância, com as respectivas áreas de cobertura;

a.5) fluxos de movimentação de veículos e cargas;

a.6) instalações completas, climatizadas e exclusivas para a RFB, com isolamento interno em relação aos escritórios da administração do local ou recinto e de outros órgãos e agências da administração pública, por meio de paredes ou divisórias, e portas, com área mínima de 250 metros quadrados, adaptadas para acessibilidade de pessoas com deficiências, nos termos da NBR 5010, considerando áreas próprias para:

a.6.1) expediente;

- a.6.2)** servidores (estações de trabalho) e equipamentos da rede exclusiva da RFB;
 - a.6.3)** arquivo de documentos;
 - a.6.4)** almoxarifado;
 - a.6.5)** sala para central de monitoramento eletrônico
 - a.6.6)** copa e cozinha; e
 - a.6.7)** sanitários masculino e feminino de uso exclusivo da RFB.
 - a.7)** 06 vagas privativas para os veículos dos servidores da RFB que atuarem no Porto Seco;
 - a.8)** local segregado para guarda e conservação temporária de amostras;
 - a.9)** área segregada para a instalação de aparelhos para a inspeção não invasiva de mercadorias e contêineres, de acordo com o volume e a natureza da carga movimentada no recinto.
 - a.10)** malha de acesso rodoviário, externa ao Porto Seco, pavimentada para tráfego pesado, desde a via pública pavimentada até a entrada do Porto Seco;
 - a.11)** fechamento de toda a área do Porto Seco, de acordo com o estabelecido pela Portaria RFB nº 3.518, de 2011, ou outra que vier a alterá-la ou sucedê-la.
 - b)** memorial descritivo dos serviços e obras a serem executados, que permitam ao Porto Seco condições técnicas, de conforto, higiene e segurança, na data do início de seu funcionamento;
 - c)** memorial descritivo em que constem as medidas a serem adotadas, na data de início de funcionamento do Porto Seco, para segurança e medicina do trabalho, vigilância, prevenção e combate a incêndio, segurança física de pessoas, cargas e veículos, manutenção e conservação das instalações;
- VI - documento em que discrimine as facilidades e os equipamentos disponíveis**, na data do início de funcionamento do Porto Seco, sendo, no mínimo de:
- a)** 08 linhas telefônicas instaladas, com aparelhos telefônicos disponíveis em todas as salas das unidades armazenadoras, inclusive na área de depósito de mercadorias importadas e a exportar e nas dependências reservadas exclusivamente à RFB, para uso exclusivo da RFB;
 - b)** 06 microcomputadores com 02 impressoras tipo laser e um 02 scanner de mesa, de acordo com o padrão vigente na RFB, para uso privativo da RFB, interligados em rede local, de acordo com o padrão vigente na RFB, provida de equipamentos de infraestrutura lógica (servidor, roteador e switch) e infraestrutura elétrica (no break e estabilizadores) e conectados por intermédio de circuito privativo de comunicação de dados à rede local da unidade da RFB de Novo Hamburgo - RS, para acesso ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, ao Sistema de Correio Eletrônico Corporativo – Lotus Notes, e outros de interesse da fiscalização, em conformidade com o disposto no Ato Declaratório

Executivo Cotec nº 1, de 25 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União, em 28/02/2019, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente;

c) 01 balança rodoviária, com capacidade igual ou superior a 80 toneladas, com divisão de 10 quilos, com respectivas especificações. As balanças deverão incorporar tecnologia digital e estar integradas aos sistemas informatizados de controle, de forma que os registros sejam automáticos, prescindindo da digitação dos dados decorrentes de tais pesagens ou medições, com possibilidade de transmissão ou consulta à distância por parte da autoridade aduaneira jurisdicionante do Porto Seco.

d) 01 **reach stacker** (movimentador de containers), com capacidade mínima de 45 toneladas que atenda às necessidades de descarga, carga e movimentação de contêineres;

e) 06 empilhadeiras, sendo 01 com capacidade mínima de 7 toneladas; 01 com capacidade mínima de 4 toneladas; 04 com capacidade mínima de 2,5 toneladas, com torre rebaixada para estufamento de contêineres;

f) 08 paleteiras hidráulicas, com capacidade mínima de 1200 quilogramas;

g) 03 balanças para pesagem de volumes, com capacidade mínima de 100, 1500 e 2500 quilogramas;

h) 05 balanças eletrônicas de precisão para pesagem de pequenas quantidades, inclusive para fins de quantificação de amostras, sendo 03 com capacidade mínima para 15 quilogramas (cada uma) e 02 com capacidade mínima para 50 quilogramas (cada uma);

i) 8 tomadas trifásicas distribuídas nas tensões de 380 V e 440 V para alimentação de caminhões e de contêineres frigorificados;

j) câmara frigorífica com capacidade mínima para armazenagem de 57 metros cúbicos de carga e com capacidade de refrigeração de até -25° C negativos;

k) 01 grupo gerador de energia elétrica, para acionamento automático em caso de queda de energia elétrica, com capacidade de sustentar o fornecimento ininterrupto de energia elétrica ao Porto Seco, inclusive para a infraestrutura de informática;

l) 01 subestação transformadora de energia elétrica;

m) 01 cancela com acionamento eletrônico, conforme disposições da Portaria RFB nº 3.518/2011;

n) Mobiliário e material permanente para as instalações exclusivas da RFB contendo, dentre outros:

Descrição	Qtde.
Armário de Aço ou madeira	10
Mesa (Estação de Trabalho)	6
Mesa de Reunião	1
Cadeiras	9
Poltronas	2
Estantes	7

Gaveteiros	3
Fogão	1
Forno de Micro-ondas	1
Geladeira	1
Bebedouro de água	1
Condicionadores de ar	1.000 BTU/h por metro quadrado
Aparelho Telefônico	8
Copiadora Multifuncional	1

VII – declaração, sob as penas cabíveis, de que está ciente da **obrigatoriedade de apresentar**, no prazo de até 45 (quarenta e cinco dias) contados da data da assinatura do contrato, **descrição e documentação técnica do sistema informatizado de controle aduaneiro** a ser adotado no Porto Seco, conforme modelo constante no Anexo VIII, para:

- a) tráfego de veículos rodoviários e de armazenamento de mercadorias, que considere no mínimo a sua entrada, movimentação, permanência e saída, conforme especificação constante do Ato Declaratório COANA/COTEC nº 02, de 26 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União, em 02/10/2003, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente;
- b) acesso, permanência e saída de pessoas, conforme especificação constante do Ato Declaratório COANA/COTEC nº 02, de 26 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União, em 02/10/2003, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente;
- c) O sistema deverá funcionar ininterruptamente, com acesso para a RFB via Internet, em tempo real, realizado por conexão direta através de cabo UTP, fibra óptica ou qualquer outro, a critério do chefe da unidade da RFB jurisdicionante, que garanta a qualidade e velocidade da transmissão.

VIII - declaração, sob as penas cabíveis, de que está ciente da **obrigatoriedade de apresentar**, no prazo de até 45 (quarenta e cinco dias) contados da data da assinatura do contrato, **descrição e documentação técnica do sistema de monitoramento e vigilância** de suas dependências, conforme modelo constante no Anexo VIII.

IX - documento em que discrimine o pessoal técnico (gerente e fiel depositário) que atuará no Porto Seco, acompanhado dos respectivos currículos, sendo obrigatória a anexação dos comprovantes que atestem experiência mínima de 1 ano, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias.

- a) caso haja necessidade de substituição do gerente ou do fiel depositário, a alteração só poderá ocorrer se efetivada mediante prévia comunicação ao titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, devendo os substitutos possuírem, também, comprovada experiência profissional, conforme especificado no inciso IX do subitem 3.3.1.

3.3.2 A comprovação da **habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira** da licitante que optar por não utilizar o Sicaf para fins de verificação de seu cadastramento e habilitação, deverá ser feita mediante a apresentação, dentro do “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”, dos seguintes documentos:

I - Habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e todas as alterações, devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva; e
- b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, e Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 2 de outubro de 2014, que será efetuada mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários e previdenciários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei; e
- e) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação conferida pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. **(a regularidade trabalhista deverá ser comprovada pelos licitantes que utilizarem ou não o Sicafe).**
- g) prova da inexistência de registros impeditivos de contratação, mediante consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, no sítio eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, e na Lista de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, do Tribunal de Contas da União, no sítio eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

III - Qualificação econômico-financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

b) comprovação da boa situação financeira da empresa, por intermédio de documento que demonstre o cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas no inciso anterior, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento. As empresas em recuperação judicial poderão habilitar-se, desde que estejam amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara).

3.3.2.1 A autenticidade dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista poderá ser feita pela Comissão de Licitação, mediante consulta às páginas oficiais dos respectivos órgãos na Internet, quando possível.

3.3.2.1.1 Procedida a consulta na própria reunião, os comprovantes da condição de inscrito no CNPJ serão impressos e juntados à documentação de habilitação da licitante.

3.3.2.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.3.2.2.1 As fórmulas dos índices contábeis referidos deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

3.3.2.2 Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação efetuará os cálculos.

3.3.2.2.3 Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

3.3.2.3 Nos termos do art. 3º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com a nova redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, a comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira mencionada no subitem 3.3.2 poderá ser feita por meio de cadastramento e habilitação no Sicaf, na forma prevista na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.3.2.3.1 O cadastramento e a habilitação no Sicaf poderão ser iniciados pelo interessado por meio do acesso ao Sicaf no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3.2.3.2 No caso da licitante optar em utilizar o Sicaf para comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira, na forma e condições estabelecidas neste edital, fica esclarecido que será assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar, dentro do “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”, os documentos mencionados no subitem 3.3.2 deste edital para substituir aqueles eventualmente vencidos ou desatualizados, constantes da declaração impressa do Sicaf.

3.3.2.3.3 No caso de optar pela utilização do Sicaf, o interessado deverá providenciar o seu cadastramento e sua habilitação no Sicaf, apresentando a documentação discriminada na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, no mínimo, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento dos documentos de habilitação e classificação, observado o estabelecido no subitem 18.4 deste edital.

3.3.2.3.4 Fica esclarecido que a ausência, no “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”, dos documentos mencionados nos incisos I, II e III do subitem 3.3.2, indicará que a licitante optou por utilizar o cadastro no Sicaf para comprovação de sua habilitação jurídica, regularidades fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

3.3.2.4 A licitante, optante ou não pelo cadastramento no Sicaf, que apresentar resultado igual ou menor do que 1 (um) nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), deverá fazer constar do “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” comprovante de que possui patrimônio líquido não inferior a R\$ 6.948.120,97 (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais e noventa e sete centavos)¹.

3.3.3 Todas as licitantes deverão apresentar, no “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”, declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo III deste edital.

3.3.4 Todas as licitantes deverão apresentar, no “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”, declaração, sob as penalidades cabíveis, de que, em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 1993, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do Anexo III deste edital.

110% (dez por cento) sobre o custo total do investimento, constante do estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo X deste Edital, item 10)

3.3.5 Todas as licitantes deverão apresentar, no “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”, declaração de elaboração independente de proposta, conforme Anexo VII deste edital, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 02, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.3.6 A Comissão de Licitação verificará prova da inexistência de registros impeditivos de contratação, mediante consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, no sítio eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, e à Lista de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, do Tribunal de Contas da União, no sítio eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

4. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

4.1 No dia, hora e local designados neste edital, na presença das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, a documentação exigida para a proposta e a habilitação, e registrará em ata a presença dos participantes. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

4.2 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

4.3 Quando da entrega dos envelopes "Envelope nº 1 - Proposta" e "Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação", o representante da licitante deverá apresentar à Comissão o seu credenciamento.

4.4 Para os efeitos deste dispositivo, entende-se por credenciamento a apresentação dos seguintes documentos:

I – em qualquer hipótese, documento oficial de identidade do credenciando;

II – caso o credenciando seja órgão de administração de pessoa jurídica, com poderes para a sua representação, ou titular de firma individual, apresentar documentos que comprovem tal situação (contrato social ou estatutos sociais, se a representada for uma pessoa jurídica ou declaração de firma individual, se este for o caso, em todas as hipóteses devidamente registrados; atas de assembleia geral e/ou do conselho de administração, eleição da pessoa física para cargo que lhe conceda poderes de representação, etc.);

III – caso o credenciando seja procurador da empresa licitante, procuração por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida por tabelião e em ambos os casos acompanhada de cópia dos atos societários que demonstrem a capacidade de representação do outorgante da procuração.

4.5 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto nos subitens 4.3 e 4.4 deste edital.

- 4.6** O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.
- 4.7** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.
- 4.8** Não será admitida que uma mesma pessoa jurídica através de pessoas a ela vinculadas represente mais de uma empresa licitante.

5. DO JULGAMENTO

- 5.1** O julgamento da licitação será realizado em duas fases:

I - fase de classificação das propostas que compreenderá a verificação e análise de todos os elementos contidos no "Envelope nº 1 - Proposta" e a elaboração da relação de classificação final das licitantes;

II - fase de habilitação e julgamento final que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no "Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação" da licitante melhor classificada na fase de classificação das propostas, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente edital, bem como a verificação da situação da licitante perante o SicaF, somente no caso daquela que optar pelo cadastramento e habilitação nesse Sistema.

5.2 Fase de Classificação das Propostas

5.2.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 4 deste edital, o Presidente da Comissão anunciará a abertura dos envelopes referentes ao "Envelope nº 1 - Proposta", os quais serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes, e será suspensa a reunião para análise das propostas e, se for o caso, para a realização de diligências ou consultas.

5.2.2 Serão consideradas desclassificadas as licitantes que apresentarem as propostas em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, bem como as que apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou incompatíveis com os preços dos insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos, ou seja, aqueles que não comprovem a sua exequibilidade e a viabilidade econômica do empreendimento, mediante os demonstrativos de que tratam os incisos IV e V do subitem 3.2.2 deste edital ou com preços excessivos, assim considerados aqueles superiores aos constantes do subitem 3.2.2 deste edital ou com preços excessivos, assim considerados aqueles superiores aos constantes do anexo IX.

5.2.2.1 Será, também, desclassificada:

I - a proposta que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes;

II - a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa da União que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do Poder Público controlador da referida entidade.

5.2.3 Concluída a análise das propostas, a Comissão fará publicar no Diário Oficial da União a sua decisão, sobre a classificação das propostas dos licitantes.

5.2.4 Não serão classificadas as propostas apresentadas em desacordo com os requisitos deste edital.

5.2.5 Se todas as licitantes forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas da desclassificação, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2.6 Na classificação da proposta será considerado o critério do menor valor das “Tarifas com Receitas Acessórias” do serviço a ser prestado, **apresentadas de acordo com o Modelo de Proposta de Tarifas constante no Anexo XV do Edital (Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco), calculadas conforme item 13 do Anexo IV, coluna “Tarifas com Receitas acessórias”, do Edital.**

5.2.6.1 Relativamente ao valor da tarifa do serviço a ser prestado:

I) Tarifa para armazenagem (TA proposta conforme modelo constante no Anexo XV do Edital - Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco): será atribuída nota 10 (dez) à proposta que apresentar a menor tarifa de armazenagem (MN_{TA}); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais, da seguinte forma:

$$N_{TA} = 10 \times \frac{MN_{TA}}{TA}$$

Onde:

N_{TA} = Nota de Tarifa de Armazenagem

MN_{TA} = Menor Tarifa de Armazenagem

TA = Tarifa de Armazenagem da Proposta em Análise

II) Tarifa para movimentação (TM proposta conforme modelo constante no Anexo XV do Edital - Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco): será atribuída nota 10 (dez) à proposta que apresentar a menor tarifa de movimentação (MN_{TM}); às demais propostas, serão atribuídas notas inversamente proporcionais, da seguinte forma:

$$N_{TM} = 10 \times \frac{MN_{TM}}{TM}$$

Onde:

N_{TM} = Nota de Tarifa de Movimentação

MN_{TM} = Menor tarifa de Movimentação

TM = Tarifa de Movimentação da Proposta em Análise

III - Será calculada a média ponderada das notas N_{TA} e N_{TM} , obtendo-se, para cada proposta, uma nota de tarifa final (NF), mediante o emprego da seguinte fórmula:

$$NF = (N_{TA} \times 0,8 + N_{TM} \times 0,2)$$

5.2.6.2 As licitantes serão classificadas em ordem decrescente, em relação às suas Notas Finais (NF).

5.2.6.3 Havendo duas ou mais licitantes com a mesma Nota Final (NF), será melhor classificada a licitante que seja empresa brasileira.

5.2.6.4 Persistindo a igualdade, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

5.2.6.5 Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

5.2.7 Na classificação das propostas observar-se-á que:

I - para a obtenção das notas discriminadas no subitem 5.2.6.1 deste edital, serão procedidos cálculos, arredondando-se as notas para duas casas decimais;

II - não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital ou baseada nas ofertas das demais licitantes;

III - não será atribuída qualquer pontuação à proposta que tenha sido desclassificada.

5.2.8 O resultado da classificação das propostas das licitantes será publicado no Diário Oficial da União, abrindo-se o período recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2.9 Decorrido o período recursal sem interposição de recursos, ou apreciados os eventualmente interpostos na forma da lei, o resultado de seu julgamento, com a data para abertura do “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” da licitante melhor classificada, será publicado no Diário Oficial da União.

5.2.10 Após a fase de classificação, não será admitida desistência da proposta, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.

5.2.11 Os envelopes relativos aos “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” das licitantes desclassificadas permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, à disposição da licitante interessada, durante 20 (vinte) dias, contados da data da publicação do resultado da classificação no Diário Oficial da União, após os quais, serão destruídos pela Comissão, com a lavratura do devido termo de destruição, que será juntado ao processo de licitação.

5.3 Fase de Habilitação

5.3.1 Encerrada a fase de classificação das propostas, na data aprazada, o Presidente da Comissão anunciará a abertura do invólucro com os documentos de habilitação da licitante melhor classificada, os quais serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes classificadas presentes, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.

5.3.1.1 Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 4.6 deste edital, a Comissão adotará os procedimentos do subitem 4.4 do edital.

5.3.2 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior.

5.3.2.1 A regularidade do cadastramento e da habilitação da licitante inscrita no Sicaf, que tenha feito a opção de que trata o subitem 3.3.2.3 deste edital, será confirmada por meio de consulta “online”, quando da abertura do “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação”.

5.3.2.1.1 Procedida a consulta, será impressa a declaração demonstrativa da situação da licitante, declaração esta que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por todos os representantes das licitantes presentes.

5.3.2.1.2 A declaração será juntada ao processo de licitação.

1. **5.3.2.1.3** A licitante será inabilitada quando ocorrer irregularidade no cadastramento ou na habilitação no Sicaf, somente no caso de ter optado pela utilização desse Sistema, bem como se não atender o disposto no subitem 3.3.2.4 deste edital.

5.3.2.2 Será inabilitada a licitante não optante pela utilização do Sicaf que não apresentar os documentos relacionados nos incisos I a III do subitem 3.3.2 deste edital, ou caso os apresente com irregularidades, bem como se não atender o disposto no subitem 3.3.2.4 deste edital.

5.3.3 Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação da licitante melhor classificada.

5.3.3.1 Caso estejam presentes todos os representantes das licitantes, a Comissão poderá intimá-los, direta e verbalmente da decisão sobre a habilitação ou inabilitação da melhor classificada. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de publicação no Diário Oficial da União. Em qualquer caso, tudo deverá constar da ata que será assinada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes.

5.3.3.2 Intimadas todas as licitantes classificadas direta e verbalmente, em sessão, da decisão da Comissão sobre a habilitação da licitante melhor classificada e, dispondo-se elas a renunciarem ao exercício do direito de recorrerem da decisão, tal renúncia deverá constar, expressamente, da ata que documentará a sessão, a qual, necessariamente, deverá ser assinada por todas elas, procedendo-se, em seguida, à declaração da licitante vencedora do certame.

5.3.3.3 Havendo, na sessão, manifestação de intenção de interposição de recurso por parte de qualquer licitante contra a decisão de habilitação ou inabilitação da licitante melhor classificada, fato que deverá constar da ata, a Comissão encerrará a reunião, abrindo-se, desta forma, o período recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.4 Caso julgue necessário, a Comissão poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, tudo sendo registrado em ata.

5.3.4.1 Suspensa a reunião, todos os envelopes “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” dos demais licitantes classificados, devidamente fechados, ficarão em poder da Comissão, após serem rubricados por todos os seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

5.3.4.2 Após a análise da documentação ou a realização de diligências ou consultas, a Comissão fará publicar, no Diário Oficial da União, sua decisão quanto à habilitação e julgamento final do certame, observando-se o disposto no subitem 15.3.

5.3.5 Verificado o atendimento das exigências do edital a licitante melhor classificada e habilitada será declarada vencedora.

5.3.5.1 Publicada a decisão da Comissão no Diário Oficial da União, abre-se o período recursal de que trata o art. 109, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.5.2 Publicado o resultado do julgamento da licitação, no Diário Oficial da União, e após decididos os recursos eventualmente interpostos, ou decorrido o prazo recursal sem sua apresentação, o julgamento da licitação será submetido ao Chefe da Dipol da SRRF10, para homologação e adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

5.3.6 Os envelopes relativos aos “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” das demais licitantes classificadas permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, à disposição da licitante interessada, durante 20 (vinte) dias, contados da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, após os quais, serão destruídos pela Comissão, com a lavratura do devido termo de destruição, que será juntado ao processo de licitação.

5.3.7 Inabilitada a licitante melhor classificada, serão analisados os documentos habilitatórios - “Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação” da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante classificada atenda as condições fixadas no edital, nos termos do que dispõe o art. 18-A, inciso III, da Lei nº 8.987, de 1995.

5.3.7.1 Na hipótese prevista no subitem 5.3.7 acima, reinicia-se a fase de habilitação conforme o estabelecido neste edital.

5.3.8 Caso todas as licitantes sejam inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas da inabilitação, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1 A permissão para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco será formalizada por termo de contrato, celebrado entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (denominada Permitente para fins de contrato), e a licitante vencedora (denominada Permissionária para fins de contrato), que observará os termos da Lei nº 8.987, de 1995, subsidiariamente os da Lei nº 8.666, de 1993, os deste edital e demais normas pertinentes.

6.2 A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual fará parte o edital e os documentos de classificação (proposta) e de habilitação. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no subitem 13.2 deste edital.

6.3 Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado à SRRF10 convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, com referência às tarifas propostas (subitem 3.2.2, II e III), ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no subitem 13.2 deste edital, nos termos do § 2º, do art. 64, da Lei 8.666, de 1993.

6.4 O contrato resultante da presente licitação, e seus eventuais aditamentos, só terão validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Superintendente da SRRF10 e publicado seu extrato no Diário Oficial da União.

6.5 Incumbirá à SRRF10 providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos, nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6 Na assinatura do Contrato, será feita, pela SRRF10, a verificação:

I - da regularidade fiscal e trabalhista do adjudicatário, que, no caso daquele cadastrado no Sicafe, poderá se dar por meio de consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicafe, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

II - da situação do adjudicatário no Cadastro Informativo de Crédito do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002;

III - da situação do adjudicatário no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, no sítio eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>;

IV - da situação do adjudicatário no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php (Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011); e

V - da situação do adjudicatário na Lista de responsáveis declarados inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, do Tribunal de Contas da União, no sítio eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

6.6.1 Na hipótese de o adjudicatário não estar inscrito no Sicafe, nos termos do inciso II do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722, de 2001, com nova redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002, o seu cadastramento deverá ser feito pela SRRF10, sem ônus para a licitante, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

6.7 A RFB, no interesse do Serviço Público, poderá promover novas licitações para outorga de permissão ou concessão, se for o caso, para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, no mesmo município estabelecido no item 1 deste edital.

6.8 Não será admitida a subpermissão, a associação do contratado com outrem ou a cessão, total ou parcial, da permissão outorgada, objeto deste edital.

6.8.1 A permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros semelhantes.

6.9 A formalização do contrato de permissão impõe à permissionária as obrigações e encargos relacionados com a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco, o que deverá ser feito com regularidade,

continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia de atendimento e modicidade das tarifas, na forma estabelecida na legislação específica.

6.10 No contrato constará cláusula estabelecendo que a permissionária assumirá a condição de fiel depositária da mercadoria sob a guarda.

7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 No Porto Seco, a permissionária incumbir-se-á da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação.

7.2 No Porto Seco, a permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme subitem 3.2.2, inciso VI, deste edital, de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado de que trata o subitem 3.2.2, inciso VII, prestados facultativamente aos usuários, relativos à estadia de veículos e unidades de carga, pesagem, limpeza e desinfecção de veículos, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, embalagem e reembalagem, unitização e desunitização e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso.

7.2.1 Na hipótese de o Permissionário não ter feito opção, quando da apresentação da proposta, pela prestação de serviços conexos de que trata o item 7.2 e tenha interesse em passar a prestá-los deverá observar o disposto no item 8.2 deste edital, mediante requerimento previsto no subitem 8.2.2.

7.3 Deverá ser colocada apenas placa de identificação do Porto Seco nas dimensões mínimas de 2,5m X 5,0m, por conta da permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF jurisdicionante.

7.3.1 Caso a permissionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.

7.4 Durante a execução do contrato, havendo interesse da permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas a expensas da permissionária, após autorização da permitente, sem prejuízo do disposto no subitem 6.7 deste edital.

7.5 O exercício da fiscalização por parte da permitente (inciso I do item 10.1) não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da permitente.

7.6 Para fins de alfandegamento e verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do edital e dos documentos de classificação (proposta) e habilitação, e conforme as normas da RFB pertinentes ao alfandegamento, o recinto será vistoriado por comissão de alfandegamento designada pelo Superintendente da RFB com jurisdição sobre o

Porto Seco, que lavrará relatório circunstanciado, nos termos do inciso II do item 10.1 deste edital.

7.7 O ato declaratório de alfandegamento do Porto Seco será expedido, na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato e de alfandegamento, conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la.

7.8 No exercício da fiscalização, a permitente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da permissionária.

7.9 Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª RF, composta de representantes da permitente, da permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 1995, e no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

7.10 Os serviços prestados no Porto Seco observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.

7.11 O desempenho da permissionária, que compreenderá a qualidade dos serviços prestados no Porto Seco e a regular execução do contrato, será avaliado conforme método de avaliação de desempenho estabelecido no anexo II.

7.12 O dirigente da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco, expedirá as normas operacionais necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução.

8. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços relativos à movimentação e armazenagem de mercadorias prestados pela permissionária no Porto Seco serão pagos pelo usuário conforme tarifas constantes da proposta vencedora, e os serviços conexos e complementares conforme o constante do subitem 7.2 deste edital.

8.1.1 A tarifa pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro poderá ser cobrada em reais (R\$) por metro cúbico (m³) ou fração, conforme proposta do licitante vencedor, ou em reais (R\$) por tonelada ou fração. Para determinação do valor da tarifa de movimentação em reais (R\$) por tonelada deverá ser convertido o valor da tarifa por metro cúbico (m³) apresentado na proposta mediante multiplicação pelo fator de conversão de 2,89, cujo cálculo está explicitado no item 18 do Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica (Anexo X deste Edital).

8.1.2 Será permitido também acordo entre a permissionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes da proposta apresentada na licitação;

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %);

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento do Porto Seco, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %);

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes da proposta apresentada na licitação a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), não cumulativo.

8.2 Revisão das Tarifas

8.2.1 Os preços referentes à movimentação e armazenagem de mercadorias poderão ser revistos a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.2 O pedido de revisão dos preços, quando requerido pela permissionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (subitem 3.2.2, incisos IV e V), comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.3 Ressalvados o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.4 Havendo alteração unilateral do contrato pela Administração que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF10 deverá restabelecê-lo, por aditamento, concomitantemente à alteração.

8.2.5 Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6 As receitas acessórias e complementares, de que trata o subitem 7.2 deste edital, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.2.6.1 Não caberá revisão das tarifas na hipótese de o permissionário deixar de prestar serviços conexos, cuja receita foi utilizada para cálculo das tarifas propostas no certame.

8.2.7 Caso a contribuição ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) se torne exigível, em razão de revogação do Parecer PGFN/CRJ Nº 83/2016 aprovado pelo Ministro da Fazenda, que resultou na edição do Ato Declaratório PGFN nº 9, de 4 de novembro de 2016, ou publicação de lei instituindo a sua cobrança, aplica-se o disposto no item 8.2.3.

8.3 Reajuste das Tarifas.

8.3.1 Os preços dos serviços permitidos (expressos em reais) serão reajustados anualmente, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{I}{I_0} \cdot V_0$$

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I_0 = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta;

V_0 = valor da tarifa constante da proposta.

8.3.2 Em caso de revisão contratual de tarifas nos termos do subitem 8.2, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

9. DA VIGÊNCIA

9.1 O contrato terá vigência a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

9.2 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, devidamente autuados em processo.

9.3 A manifestação de interesse na prorrogação do contrato deve ser feita pela permissionária, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, em relação à data do término do prazo contratual, sob pena de preclusão.

9.4 A prorrogação deve ser precedida de um novo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e correspondente Demonstrativo de Viabilidade Econômica do Empreendimento, levando em conta os mesmos elementos utilizados no Estudo Inicial, com base no art. 11, da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

9.5 A elaboração do estudo e do demonstrativo citados no subitem 9.4 deve ser concluída pela RFB em até 6 (seis) meses após a manifestação de interesse na prorrogação do contrato.

9.6 Para fins de prorrogação, a permissionária deve ter o desempenho considerado satisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando método de avaliação de desempenho estabelecido no anexo II.

9.7 Ainda que atendidos os requisitos dos subitens anteriores, a prorrogação do contrato, prevista no § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, não constitui direito da permissionária, ficando sujeita a análise discricionária da permitente, que poderá rejeitar a prorrogação motivadamente.

10. DOS ENCARGOS DA PERMITENTE

10.1 Incumbe à permitente:

I – acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco; (art. 29, inciso I, da Lei nº 8.987, de 1995 e art. 20 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011)

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, realizar a avaliação de desempenho da permissionária conforme método de avaliação de desempenho estabelecido no anexo II deste edital, instruir eventuais processos de aplicação de sanções administrativas previstas nos itens 13 e 14 deste edital considerando o rito estabelecido nos seus subitens 13.6.1, 13.6.2.1, e 14.4.4.1, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade por parte da permitente;

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de comissão de alfandegamento, designada pelo Superintendente da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco;

III - alfandegar o Porto Seco, por meio de ato declaratório mencionado no subitem 7.7 deste edital, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, inclusive a avaliação prévia do funcionamento do sistema informatizado de controle operacional, nos termos do que dispõe o art. 12 da Instrução Normativa SRF nº 682, de 2006, ou de legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos no item 14 deste edital;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei nº 8.987, de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

XIII - Avaliar o desempenho da permissionária conforme método de avaliação de desempenho estabelecido no Anexo II deste edital.

10.2 A vistoria prevista no inciso II do item 10.1 será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de trinta dias, contado da comunicação a que se refere o inciso VIII do item 11.1 deste edital;

II - sendo verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas neste edital, a comissão consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da permissionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a comissão procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo;

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

11. DOS ENCARGOS DA PERMISSIONÁRIA

11.1 Incumbe à permissionária:

I - manter prepostos (gerente e fiel depositário - inciso IX do subitem 3.3.1, deste edital) no Porto Seco, com experiência profissional e com o mesmo nível de responsabilidade, de pelo menos 1 ano, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e também por danos a terceiros;

III - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da permitente;

IV – comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, por intermédio do fiscal do contrato (subitem 7.12 deste edital) qualquer proposta de substituição de membro da equipe técnica (gerente e fiel depositário), observado o disposto no inciso IX do subitem 3.3.1 deste edital;

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada experiência profissional, conforme previsto pelo inciso IX do subitem 3.3.1 deste edital;

b) entende-se como "gerente" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do Porto Seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como "fiel depositário" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do Porto Seco;

V - prover todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo Porto Seco;

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material

de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no Porto Seco, desde que seja solicitado pela permitente, com as devidas justificativas, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de movimentação e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no Porto Seco;

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no Porto Seco, desde a unidade da RFB em Novo Hamburgo - RS até o recinto do Porto Seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular de transporte público.

c.1) o transporte a que se refere a alínea “c” deste item, pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VI- responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

VII - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, todos os dados de administração, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo Porto Seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

VIII - comunicar à permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto se encontra em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital e documentos de classificação (proposta) e habilitação apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

IX – instalar e manter no Porto Seco, sem ônus para a permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

X - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do Porto Seco e à realização dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do Porto Seco;

XI - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a Instrução Normativa SRF nº 682, de 2006, ou norma que a vier a alterá-la ou sucedê-la;

XII - apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da

prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de Porto Seco Industrial, se for o caso;

XIII - informar o vencimento do prazo de permanência no Porto Seco das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga abandonadas, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no Parágrafo único do art. 32 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XIV - manter, em local apropriado no recinto alfandegado, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

XIV - manter, em local apropriado no recinto alfandegado, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

XV – manter em local apropriado no recinto alfandegado, por 120 dias, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga que forem considerados, pela legislação aduaneira em vigor, como abandonados no recinto;

a) o prazo de 120 dias passará a contar a partir da data em que a permissionária informar a caracterização da situação de abandono, conforme previsto na legislação aduaneira em vigor;

b) decorrido o prazo de 120 dias sem que tenha sido iniciado o despacho de importação, a permissionária deve fazer, em 5 dias, comunicação à unidade jurisdicionante da RFB, relacionando as mercadorias e mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

c) feita a comunicação no prazo 5 dias, ficará a RFB responsável pelo pagamento da armazenagem dos bens abandonados no recinto no período excedente, contado este a partir do dia subsequente ao 120º dia, devendo para tanto ser aplicadas as tarifas de armazenagem de mercadorias normalmente praticadas pela permissionária na importação e exportação, conforme os termos do contrato de permissão;

d) caso a comunicação não seja efetuada no prazo estipulado na alínea b, somente será paga pela RFB a armazenagem devida até o término do referido prazo, ainda que a mercadoria venha a ser posteriormente alienada.

XVI – disponibilizar equipamentos de informática no Porto Seco que atendam aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto no Ato Declaratório Executivo Cotec nº 1, de 25 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União, em 28/02/2019, e alterações posteriores, e/ou legislação superveniente, observando-se o disposto no inciso XVIII, alínea “a” deste subitem;

XVII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta

ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, sob pena da caducidade da permissão;

XVIII - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área abrangida pelo Porto Seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados no recinto alfandegado, além de prestar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela permissionária;

XIX - prestar contas da gestão do serviço à permitente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XX - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXI - permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

a) disponibilizar acesso ao sistema de que trata o inciso VII do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF10 Nº 2/2019 à fiscalização da RFB, quando em consulta realizada no próprio estabelecimento, e remotamente, por meio da Internet, controlado por senha alfanumérica de oito dígitos, ou método seguro de reconhecimento biométrico do usuário, ou mediante certificação digital;

a.1) O acesso ao sistema via Internet deverá oferecer performance compatível com as necessidades de controle por parte da RFB, vinte e quatro horas por dia;

b) disponibilizar à fiscalização da RFB acesso ao sistema de que trata o inciso VIII do item 3.3.1 deste edital, aos arquivos de imagens e dados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, bem como transmitir, em tempo real, para a unidade da RFB jurisdicionante, as imagens e dados das câmeras e dos equipamentos de inspeção não invasiva.

XXII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXIV - executar, sem ônus para a permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XXXI deste subitem;

XXV - manter, no Porto Seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXVI - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXVII – fica esclarecido que, exclusivamente para fins de formulação das propostas, não será exigido o pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, a partir da data de entrada em operação do Porto Seco,

de acordo com o art. 815 do Decreto nº 6.759, de 2009 e da Instrução Normativa SRF nº 14, de 25 de janeiro de 1993, em razão do Parecer PGFN/CRJ Nº 83/2016 aprovado pelo Ministro da Fazenda, que resultou na edição do Ato Declaratório PGFN nº 9, de 4 de novembro de 2016.

XXVIII - na eventualidade de vir a ser exigido o pagamento ao FUNDAF, aplica-se o disposto no item 8.2.3;

XXIX - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional e de monitoramento e vigilância de que tratam os incisos VII e VIII do subitem 3.3.1 deste edital, durante o prazo de funcionamento do Porto Seco, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados.

XXX – submeter à permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, o Decreto nº 2.763, de 1998, e Instrução Normativa SRF nº 109, de 2000, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la, sob pena de caducidade da permissão.

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XXXI - caberá à permissionária adotar e seguir o layout de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

a) entende-se por layout de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do Porto Seco onde estejam evidenciadas as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria;

b) poderá haver quantas alterações forem necessárias no layout de armazenagem, desde de que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

c) ocorrendo qualquer alteração no layout de armazenagem do Porto Seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo layout ao dossiê de acompanhamento do contrato do Porto Seco.

12. GARANTIA

12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao início das atividades do Porto Seco no prazo estabelecido no inciso I do subitem 3.2.2 deste edital e observância das cláusulas e condições do contrato, bem como as referentes às multas contratuais e as decorrentes da legislação aduaneira, a permissionária ficará obrigada a prestar, previamente à assinatura do contrato, garantia no valor de R\$ 6.977.695,94 (seis milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), equivalente a 1,21% (um vírgula vinte e um por cento) do valor da receita bruta estimada² para todo o período da permissão, conforme Acórdão TCU nº 3.475/2014 do Plenário,

2Valor estimado no estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo X deste Edital, item 17)

podendo a seu critério optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.1.1 Quando a garantia for prestada em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

12.1.2 A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ter prazo de validade que abranja o prazo de vigência do contrato, sendo admitido período mínimo de 12 (doze) meses, com renovação tempestiva, e deverá ser acompanhada de documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou carta-fiança. Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto nos artigos 827 e 828, I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

12.1.3 A garantia terá o seu valor atualizado periodicamente pelo mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais

12.1.4 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas, ou indenização a terceiros, a permissionária deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela permitente, mediante ofício entregue contra recibo.

12.1.5 Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada pela Permissionária será liberada pela União, por intermédio da SRRF.

13. SANÇÕES

13.1 Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente ao Decreto-Lei nº 37, de 1966 e à Lei nº 10.833, de 2003, a permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I – advertência:

a) pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII, XXX e XXXI do subitem 11.1 deste edital, desde que não acarrete prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, independentemente da aplicação de multa;

b) no caso de reincidência na mesma infração ou de ocorrência de prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, será aplicada a multa estabelecida no inciso II, alínea “b” deste subitem;

II – multa:

a) de **R\$ 69.481,21** (sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos)³, por dia de atraso no início de funcionamento do

30,1% (zero vírgula um por cento) sobre o custo total do investimento estimado no estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo X deste Edital, item 10)

Porto Seco, nos termos do inciso I do subitem 3.2.2 deste edital, limitado a 100 vezes este valor;

b) de 2% (dois por cento) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, e III do subitem 11.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos VI, XI, XXI e XXIX, do subitem 11.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

d) de R\$ 6.948.120,97 (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e vinte reais e noventa e sete centavos)⁴, por desistência de assumir a permissão, após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do subitem 3.2.2 deste edital, excluídas as hipóteses previstas na Instrução Normativa SRF nº 109, de 2000;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB, aplicada à licitante ou à permissionária, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com a gravidade do ato cometido, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, em virtude de atos ilícitos praticados, inclusive fraude na execução do contrato, e condenação definitiva em razão da prática de condutas tipificadas nos arts. 89 a 98 da Lei nº 8.666, de 1993, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2 A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato dentro do prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de R\$ 3.474.060,49 (três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, sessenta reais e quarenta e nove centavos)⁵, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.3 Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do valor da garantia prevista no subitem 12.1 deste edital. Em caso de insuficiência da garantia o valor devido será cobrado administrativamente, podendo, ainda, caso não for pago, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

410% (dez por cento) sobre o custo total do investimento, constante do estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo X deste Edital, item 10)

55% (cinco por cento) do valor do investimento total estimado constante do estudo de viabilidade efetuado pela RFB (Anexo X deste Edital, item 10)

13.4 As sanções previstas nos incisos I e III, do subitem 13.1, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da permissionária, no respectivo processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis.

13.5 No processo administrativo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.6 As sanções previstas no subitem 13.1 deste edital serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, instaurado e instruído na unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, acompanhado de termo circunstanciado de constatação da hipótese de infração aos termos e obrigações contratuais, juntamente com documentos comprobatórios, com a devida proposição pelo fiscal do contrato à SRRF10, de aplicação da sanção pertinente ao caso, com o conhecimento do titular da unidade.

13.6.1 Na aplicação das sanções constantes dos incisos I, II, e III do subitem 13.1 deste edital, a SRRF10, após a análise do processo administrativo:

a) verificada a procedência da sanção proposta, ou outra cabível, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e defesa prévia da permissionária, no prazo de cinco dias úteis da ciência;

b) apresentada a defesa prévia pela permissionária, o processo será encaminhado à SRRF10 para análise pela Divisão competente;

c) improcedente a defesa prévia, o processo devidamente instruído será encaminhado ao chefe da Dipol, para aplicação da sanção;

d) da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis da ciência da permissionária, que será dirigido ao Superintendente da RFB da 10ª RF, por intermédio do chefe da Dipol, o qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 109 da Lei nº 8666, de 1993;

e) verificado o não cabimento de sanção, em qualquer etapa do processo administrativo, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e arquivamento.

13.6.2 A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 13.1 é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Economia, facultada a defesa do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

13.6.2.1 Na aplicação da sanção constante do inciso IV do subitem 13.1 deste edital, a SRRF10:

a) verificada a procedência da sanção proposta, será concedido prazo para defesa prévia, constante do subitem 13.6.2 deste edital;

b) improcedente a defesa prévia, o processo, devidamente instruído, será encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Economia, por intermédio do Gabinete da RFB, para aplicação da sanção;

c) da decisão que aplicar a sanção cabe pedido de reconsideração ao Sr. Ministro de Estado da Economia, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato à permissionária, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.7 Na aplicação das sanções constantes dos incisos I e II, alíneas “b” e “c”, do subitem 13.1 acima, será considerada reincidente a permissionária que, dentro do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada.

13.8 As multas deste item deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela permitente.

14. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

14.1 Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa permissionária; e

VII – revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei 8.987, de 1995.

14.2 No caso previsto no inciso II do subitem 14.1, o poder permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à permissionária, na forma do subitem 14.3 deste edital.

14.3 Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder permitente durante o prazo da permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados (custos envolvidos no capital investido) ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

14.4 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste item, do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, e as cláusulas contratuais.

14.4.1 A caducidade da permissão poderá ser declarada pelo poder permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base o desempenho considerado insatisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando método de avaliação de desempenho estabelecido no anexo II deste edital;

II - a permissionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;

III - a permissionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a permissionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a permissionária não atender à intimação do poder permitente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a permissionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

VIII - caso exigível o pagamento ao FUNDAF, a permissionária atrasar seu recolhimento por prazo superior a trinta dias ou negar-se a assinar aditivo contratual disciplinando as condições de cobrança.

14.4.2 A declaração da caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da permissionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

14.4.3 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à permissionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no subitem 14.4.1 deste edital, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais. Todavia, o processo administrativo será instaurado diretamente, no caso de infração não passível de suprimento.

14.4.4 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada pelo poder permitente, independentemente de indenização.

14.4.4.1 O processamento da declaração de inadimplência seguirá, no que couber, o rito definido no subitem 13.6 deste edital.

14.4.5 Declarada a caducidade, não resultará para o poder permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da permissionária.

14.4.6 A transferência da permissão ou do controle societário da permissionária sem prévia anuência do poder permitente implicará a caducidade da permissão.

14.4.7 Não sanadas, dentro do prazo concedido, as pendências apontadas pela Comissão de Alfandegamento, na fase de alfandegamento do Porto Seco de que trata o inciso II do item 10 e o subitem 10.2 deste edital, operar-se-á a caducidade da permissão.

14.5 O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

14.5.1 Na hipótese prevista no subitem 14.5, os serviços prestados pela permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

14.6 Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual seguirá as disposições da Lei nº 8.987, de 1995, e subsidiariamente as da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS RECURSOS

15.1 Sem prejuízo do disposto na legislação aduaneira, dos atos da permitente, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.987, de 1995, especialmente o que dispõe o seu art. 18-A que prevê a possibilidade da inversão das fases da licitação, e subsidiariamente da Lei nº 8.666, de 1993, caberá:

I - recurso, no prazo de cinco dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos de:

- a) classificação ou desclassificação da proposta da licitante;
- b) habilitação ou inabilitação da licitante melhor classificada e julgamento final da licitação;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

II - representação, no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Fazenda, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

15.2 O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do item 15.1 terá efeito suspensivo e será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de cinco dias úteis.

15.2.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade

15.3 A intimação dos atos referidos nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do inciso I do item 15.1, excluindo-se as penas de advertência e multa, e no inciso III, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I do item 15.1, se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feito por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

15.4 Caberá recurso também, no prazo de 5 dias úteis, a contar da intimação do ato de declaração da inadimplência da permissionária em processo administrativo, na hipótese da extinção do contrato por caducidade nos termos do que dispõe o art. 38 da Lei nº 8.987, de 1995, de acordo com o subitem 14.4 deste edital.

15.5 Nenhum prazo de recurso, representação, ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à permissionária, nos termos do que dispõe o § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

16.1 Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da permitente e da permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder permitente;

IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

17. DOS BENS REVERSÍVEIS

17.1 Finda a permissão, não haverá reversão de bens.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, após a sua apresentação.

18.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

18.3 O Chefe da Dipol da SRRF10 poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes direito à indenização.

18.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento.

18.5 Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.6 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado Rio Grande do Sul.

18.7 Na hipótese de não haver expediente no dia previsto para a abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o segundo dia útil subsequente em que houver expediente normal na repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

18.8 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Especial de Licitação, na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF, na Av. Loureiro da Silva, 445, 10º andar, sala 1032, bairro Centro, Porto Alegre, até dez dias anteriores à data de

abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados.

18.9 As impugnações referidas nos subitens 3.1.4 e 3.1.5 serão dirigidas ao Chefe da Dipol da SRRF10, e os recursos mencionados no item 15 deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidos à autoridade superior àquela praticante do ato impugnado, e protocolizados na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF – Av. Loureiro da Silva, 445, 10º andar, sala 1032, bairro Centro, Porto Alegre.

18.10 Cópias do edital e anexos serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, nos endereços abaixo relacionados:

I – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Novo Hamburgo - RS, rua Tamandaré, 221, bairro Pátria Nova, Novo Hamburgo;

II - Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª RF – Av. Loureiro da Silva, 445, 10º andar, sala 1032, bairro Centro, Porto Alegre.

18.10.1 O Edital e seus anexos serão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 170177.

18.10.2 Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (51) 3290-4446 / 4412 ou pelo endereço de correio eletrônico “licitacoessrrf10.rs@rfb.gov.br”.

18.11 Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe da Dipol da SRRF10.

18.12 Fazem parte integrante deste edital:

ANEXO I	Minuta de contrato de Permissão
ANEXO II	Método de avaliação dos serviços prestados em porto seco
ANEXO III	Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e do Trabalho do Menor
ANEXO IV	Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento
ANEXO V	Demonstrativo individual de tarifas
ANEXO VI	Tabela de preços de Serviços Conexos ou Complementares e Estimativa Anual das Receitas Acessórias
ANEXO VII	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
ANEXO VIII	Declaração de Compromisso de Apresentação de Documentos
ANEXO IX	Tabela de Tarifas Máximas
ANEXO X	Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica – Versão completa deste Anexo poderá ser obtida no endereço eletrônico:

<http://receita.economia.gov.br/sobre/licitacoes-e-contratos/anexos>

ANEXO XI	Projeto Básico
ANEXO XII	Declaração de Compromisso de Apresentação de Laudos e Licenças
ANEXO XIII	Declaração de Compromisso de Disponibilização do Imóvel
ANEXO XIV	Declaração de Compromisso de Uso Exclusivo do Imóvel
ANEXO XV	Modelo de Proposta de Tarifas e Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco

Porto Alegre/RS, *(datado digitalmente)*.

(Assinatura digital)

LUÍS ANTÔNIO DA SILVA MACHADO
Chefe da Divisão de Programação e Logística



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019 09:41:00.

Documento autenticado digitalmente por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: LUIS ANTONIO DA SILVA MACHADO em 27/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por JOSE HELIO JUSTO em 27/11/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP27.1119.10378.LRH0

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
9084B91FE6EFC96D071B721008DEF45C17A965BECF1368BEB3AAE2EC5360A3E